

COMÍCIOS DE VERÃO



JULHO

15 PORTO - 21H30
PRAÇA DOS POVEIROS

21 BARCELOS - 21H
LARGO DA PORTA NOVA

24 ODEMIRA, 18H
FACECO

24 NAZARÉ - 18H
PRAÇA SOUSA OLIVEIRA

26 PORTIMÃO - 21H30
PRAÇA MANUEL TEIXEIRA GOMES (FRENTE CASA INGLESA)

27 V.N. MILFONTES - 21H30
LARGO DA BARBACÃ

28 MONTEGORDO - 21H30
AV. INFANTE D. HENRIQUE (FRENTE AO CASINO)

29 OLHÃO - 21H30
MERCADOS MUNICIPAIS



Liberdade. É o nome do acampamento de verão onde durante 5 dias se experimenta um mundo livre de opressões, discriminações e explorações.

Da resistência à precariedade, à elitização do ensino, à emigração forçada, às desigualdades sociais, à perseguição pela cor de pele, à violência de género, à invisibilidade imposta das nossas múltiplas expressões e identidades, ao policiamento das nossas sexualidades, a todas as

guerras e muros. Há 13 anos que centenas de jovens se juntam no Liberdade, fazendo dele um espaço de onde se sai com a certeza de que um outro mundo é possível. O Liberdade 2016 terá lugar entre os dias 3 e 8 de Agosto, no parque de campismo de São Gião, Serra da Estrela, onde decorrerão debates, festas, filmes, praia e workshops. 5 Dias de Liberdade.

Inscrições em: acampamento.liberdade.2016@gmail.com



PAULIETE MATOS



26, 27 e 28 Agosto
ESCOLA SECUNDÁRIA SANTA MARIA DA FEIRA
R. António Sérgio, 15

Dois dias de plenários, debates e workshops sobre Economia, História, Ecologia, Cultura e Política. Debate de ideias à Esquerda porque o Socialismo também precisa de ser pensado. A entrada é livre, a participação também.

Inscrições em: forumsocialismo@bloco.org

ADERE AO BLOCO
Também podes fazê-lo em Bloco.org

O Bloco de Esquerda tem um percurso de causas e combates. Um percurso que faz toda a diferença contra os interesses mais fortes na sociedade portuguesa.

Uma esquerda combativa precisa de mais força e mais vozes. No Bloco falta uma, a tua!

[quero saber mais]

[quero aderir]

Preenche, recorta e envia para: Bloco de Esquerda, R. da Palma 268, 1100-394 Lisboa

[nome]

[morada]

[cod. postal]

[email]

[telefone] [telemóvel] [idade]

Os dados enviados destinam-se apenas para utilização do Bloco de Esquerda. Tens o direito de aceder a essa informação para retificar ou cancelar os mesmos.

Bloco

EDIÇÃO DE VERÃO 2016 | JORNAL GRATUITO | www.esquerda.net

HUGO DELGADO/LUSA

CATARINA MARTINS

"Sanções são ataque a Portugal, por muito simbólicas que sejam"



Durão e Portas têm de ser responsabilizados



BARROSO E A FALTA DE VERGONHA DA ELITE EUROPEIA

As conclusões do inquérito oficial britânico à decisão de invadir o Iraque em 2003 mostram que Bush, Blair, Aznar, Barroso e Portas justificaram uma guerra com provas que nunca existiram. Centenas de milhares morreram durante a ocupação de uma região que hoje vive sob ameaça diária do terror.

A cimeira das Lajes foi a rampa de lançamento político para uma guerra criminosa e quem lá esteve deve ser responsabilizado por isso. A contratação de Durão Barroso pelo Goldman Sachs, o gigante da banca financeira que foi um dos responsáveis pela crise financeira de 2008, mos-

tra bem que já não há vergonha na elite que tem governado a Europa. Num caso evidente de conflito de interesses, Barroso vai procurar influenciar a Comissão Europeia para garantir o acesso do banco sediado em Londres ao mercado financeiro europeu, no âmbito das negociações do Brexit.

Contacta-nos: 213 510 510 | bloco.esquerda@bloco.org

[facebook](https://www.facebook.com/esquerda.net) [@esquerdanet](https://twitter.com/esquerdanet) [youtube](https://www.youtube.com/esquerdanet) [instagram](https://www.instagram.com/esquerdanet) [esquerda.net](https://www.esquerda.net)



O que mudou em 2016

- Descongelamento das pensões
- Reposição dos 4 feriados retirados pelo governo PSD/CDS
- 35 horas na Função Pública, a partir de 1 de julho
- IVA da restauração nos 13%
- Reposição dos apoios sociais, mais 135 milhões em Complemento Solidário para Idosos, Rendimento Social de Inserção e Abono de Família
- Aumento do salário mínimo para 530€
- Fim da Contribuição Extraordinária de Solidariedade
- Tarifa Social na Energia para 1 milhão de famílias
- Reposição integral dos salários da Função Pública até outubro
- Igualdade na adoção
- Acesso à procriação medicamente assistida (PMA) para todas as mulheres



Bloco no Parlamento



3 perguntas a Pedro Filipe Soares

Que balanço fazes do primeiro ano desta nova legislatura que agora chega ao fim?

Esta legislatura marca o fim do governo PSD/CDS. A nova maioria parlamentar virou a página do empobrecimento do país. Isso foi possível com a celebração de acordos parlamentares para políticas de recuperação de rendimentos e de direitos sociais e laborais. As primeiras propostas aprovadas devolveram dignidades às mulheres e acabaram com a perseguição a quem decide abortar, tal como venceram o preconceito que impedia a adoção por casais do mesmo sexo. Conseguimos o aumento do salário mínimo nacional, o fim dos cortes salariais ou a eliminação rápida da sobretaxa de IRS, mostrando que é possível devolver rendimento e dignidade às pessoas.

Qual tem sido o papel do Grupo Parlamentar do Bloco nesta nova maioria parlamentar?

O Bloco procura ser o motor da nova maioria parlamentar. Por um lado, trabalhamos para a rápida execução dos acordos à esquerda, onde se deve realçar já a aplicação da redução da fatura mensal de eletricidade para mais de 600 mil famílias ou das 35 horas semanais na Administração Pública. Por outro lado, temos procurado aprofundar o que estava acordado, como mostra a reposição de todos os feriados que a direita tinha roubado, a eliminação dos exames nos 1.º e 2.º ciclos e a promoção da escola pública com uma melhor gestão dos contratos de associação com os privados.

Demos centralidade à defesa dos direitos do trabalho como a valorização da contratação coletiva, a defesa do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador, o combate à precariedade e ao trabalho sem direitos.

Temos mostrado que nenhuma causa fica para trás, colocando na

agenda as preocupações de sustentabilidade ambiental, a defesa dos direitos dos animais. Devemos realçar a proposta do Bloco para a defesa da saúde pública, contra a utilização de glifosato (composto cancerígeno) em espaços e vias públicas.

Quais são as prioridades do Bloco para o próximo Orçamento do Estado?

O Bloco quer que o Orçamento do Estado para 2017 continue o caminho que já iniciámos de recuperação de rendimentos e de direitos. Temos de aumentar o salário mínimo para 557€ no próximo ano e garantir um aumento das pensões acima da inflação. O próximo OE tem de colocar a criação de emprego no centro das medidas e esse é um objetivo pelo qual iremos lutar. Por outro lado, o combate às desigualdades e à pobreza é também central: iremos valorizar os apoios sociais através do aumento do IAS (Indexante dos Apoios Sociais).



Uma Caixa pública, forte e orientada para o emprego

PSD e CDS alienaram o setor dos seguros da Caixa Geral de Depósitos (CGD) e reduziram os seus ativos em mais de 20 mil milhões de euros. O objetivo era tornar a CGD mais frágil para a submeter à predação privada. Passos Coelho defendeu em 2008 a privatização da Caixa e o programa eleitoral do PSD em 2011 defendia a dispersão em bolsa do capital da Caixa, abrindo as portas à privatização. Não nos enganemos, por isso, quanto ao seu objetivo para o banco público. No entanto, o passado e o presente do sistema bancário apenas reforçam a necessidade uma banca pública, forte e capitalizada. A banca pública é um instrumento para o investimento, para o apoio às pequenas e médias empresas e para o desenvolvimento económico. Mas garantir a sua propriedade pública não chega: é preciso garantir que a sua gestão não é capturada por interesses partidários ou negócios obscuros.

O que defende o interesse público é o controlo integralmente público da CGD, a sua capitalização, a sua reorientação estratégica para o investimento produtivo, a averiguação e atribuição clara de responsabilidades sobre atos de gestão passados que tenham sido ruinosos e que tenham obedecido a outros interesses que não os da CGD.

O que respeita o interesse público é o fortalecimento da CGD, sem despedimentos e sem fragmentação. É nessa solução que o Bloco se empenha.

LUÍS PAULO NOVAIS/LUSA

ENTREVISTA A CATARINA MARTINS

"Sanções são ataque a Portugal, por muito simbólicas que sejam"

A coordenadora do Bloco diz que a chantagem de Bruxelas acabou por isolar PSD e CDS. Caso haja sanções, os partidos que apoiam o governo devem entender-se para permitir que as pessoas sejam ouvidas. Quanto à política de recuperação de rendimentos, é para continuar em 2017.

A Comissão Europeia abriu o processo para eventuais sanções a Portugal por incumprimento das metas orçamentais dos últimos dois anos. Que leitura se pode fazer desta decisão?

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o processo das sanções diz respeito aos incumprimentos dos governos do PSD/CDS, que seguiram à risca as instruções de Berlim e Bruxelas. Mas quem iria sofrer com as sanções, caso se confirmassem, seria o povo que sofreu com essas políticas e afastou nas urnas esse governo.

A Comissão Europeia quer punir um povo por ter sido vítima da política que a própria Comissão impôs.

E o PSD e o CDS – que integram o partido europeu que mais defende as sanções, o PPE – julgam que as sanções a Portugal podem ser o seu passaporte para o regresso ao poder e aos cortes de pensões e salários. O Bloco sempre se opôs a essas políticas de empobrecimento e por isso rejeita as sanções, que são sempre um ataque a

Portugal, por muito simbólicas que sejam. O facto de as ameaças de Bruxelas surgirem num momento em que a execução orçamental dá sinais positivos torna mais evidente o absurdo da decisão da Comissão Europeia. Por outro lado, se a intenção do PPE – que tem a maioria dos comissários em Bruxelas – era dividir a base parlamentar de apoio ao governo através desta chantagem, já se percebeu que o efeito foi o contrário: ela acabou por isolar o PSD e o CDS do lado das sanções e unir a esquerda parlamentar na defesa dos interesses do país.

Mas o país pode rejeitar as sanções?

No caso de Portugal ser obrigado a pagar pela desgraça do governo de Passos Coelho e Paulo Portas, os partidos que apoiam o governo devem entender-se para chamar o povo a decidir sobre os mecanismos que permitem este tipo de sanções. Sabemos que 24 dos 28 países não cumpriram as regras



estabelecidas ao longo dos anos, ouvimos o presidente da Comissão Europeia a dizer que não há sanções para a França porque "a França é a França"; vemos a Alemanha a não cumprir as regras ano após ano, ao apresentar excedentes comerciais muito acima do permitido, ou seja, todos os anos ficam com uma fatia maior da riqueza do que teriam direito. É este sistema que queremos ver inscrito nos tratados europeus? Um sistema que promove a injustiça e permite à Alemanha punir as economias periféricas?

Para o Bloco, a resposta está na democracia e o referendo é o instrumento mais adequado para responder à chantagem.

Já passou meio ano desde a aprovação do Orçamento do Estado. Que balanço faz da política seguida pelo atual governo? Importa antes de tudo sublinhar que

as ameaças mais sérias para as nossas contas públicas continuam lá: o peso incomportável da dívida pública que todos os anos suga os recursos financeiros de que o país precisa para se desenvolver; e o nível de desemprego que alimenta a desigualdade e retira oportunidades a quem cá vive.

O Bloco tem insistido que só enfrentando estes dois problemas é que o país pode ter um futuro com dignidade.

Mas há um balanço mais positivo a tirar: a orientação seguida no acordo que assinámos com o PS para travar a política de empobrecimento que vinha a ser seguida nos últimos anos. Sabemos que a recuperação de rendimentos é ainda muito insuficiente. É esse o caminho que devemos continuar a fazer já na negociação do próximo Orçamento. Mas quando vemos o efeito da crise internacional que se abateu sobre alguns dos grandes destinos das nossas exportações – em particular Angola, Brasil e China – verificamos que foi o aumento da procura interna, conseguido com a recuperação de salários, que permitiu evitar males maiores para a economia.